

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Muita calma nessa hora

Cada dia mais assustados com as revelações que vêm do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito das joias e das ações da tal "Abin Paralela", parlamentares com o selo bolsonarista seguem dispostos a dar um voto de confiança ao ex-presidente. Mas aguardam o que virá do áudio da reunião entre Jair Bolsonaro, o hoje deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) e o general Augusto Heleno, em agosto de 2020.

Onde mora o perigo

A preocupação com o futuro é imensa. Afinal, há o risco de comprometer o projeto de eleger um número de senadores capaz de promover o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Aliás, num dos diálogos do relatório divulgado ontem, um dos investigados diz com todas as letras que o impeachment dele não sai e usa a expressão "só tiro mesmo". Gravíssimo.

Enquanto isso, no Senado...

Homenageado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reuniu autoridades dos Três Poderes com discursos em defesa da democracia e de apoio ao STF, deixando claro nas entrelinhas de sua fala que não levará adiante impeachments de ministros da Corte.

Dever de casa

A área jurídica da Câmara começa a se preparar para as possíveis reclamações judiciais contra a tramitação da reforma tributária. A ideia é mostrar que o devido processo legal foi cumprido, o grupo de trabalho era formado pelo relator e sub-relatores e que o texto está coberto pela urgência constitucional. E o regime de urgência chegou a ser votado duas vezes no plenário.

O argumento de Elmar

Na festa que varou a madrugada de ontem, aliados do líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), colocavam o mote da campanha do deputado à Presidência da Casa: a certeza de que só ele impedirá que o Poder Executivo retome o controle sobre o orçamento da União. Até aqui, o líder do PSD, Antonio Brito (BA), e o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), são vistos como nomes que terão dificuldades em enfrentar o governo nesse quesito. O próprio Arthur Lira (PP-AL) não teve facilidades nesse embate com o Palácio do Planalto, mas seguiu as emendas. Agora, em agosto, quando o orçamento chegar ao Congresso, essa disputa pelo controle dos recursos ganhará novo fôlego.

E é justamente nesse período que, coincidência ou não, Lira acena com a apresentação do nome que defenderá para a sua sucessão. Será o momento de lançar não só o candidato do atual presidente da Casa. Será o período ideal para que Elmar, o anfitrião do rolê ao som da Timbalada, se apresente como o defensor dos recursos destinados aos deputados.



CURTIDAS

Denise Rothenburg/CB/D.A. Press



Depois da tributária... Não foi um cumprimento do tipo "melhor amigo para sempre", mas aconteceu: Lira e o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, se cumprimentaram na festa de Elmar Nascimento (foto), algo impensável há alguns dias.

Os vencedores/ A lista de personagens que terminam o primeiro semestre legislativo melhor do que começaram é grande. A coluna os destaca a seguir:

Lula/ O presidente da República tinha visto cair sua popularidade lá atrás e, agora, ganhou o discurso de patrocinador do imposto zero da carne. Já colocou na campanha municipal a promessa da picanha e da cervejinha.

Lira/ O presidente da Câmara começou o ano em estresse com o governo. Agora, entrega aprovada a regulamentação da reforma tributária, um projeto histórico.

José Guimarães/ O líder do governo, que era dúvida no início do ano se permaneceria no cargo, conseguiu pular todas as fogueiras e ajudou as vitórias governamentais.

Partidos políticos/ Saem com um alívio nas multas eleitorais, conforme proposta de emenda constitucional aprovada na Câmara. Embora tenha havido mudanças no texto, essa turma ganha de novo — inclusive, imunidade tributária.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lobbies fortes para carne e arma

Bancadas "do boi" e "da bala" obtêm vitórias maiúsculas: uma, inclui proteína na cesta básica; outra, derruba sobretaxa para artefato bélico

» RAFAELA GONÇALVES

A aprovação da primeira parte da regulamentação da reforma tributária na Câmara dos Deputados mostrou a força dos lobbies, que tiveram atuação fortíssima na construção dos textos. O projeto avançou acatando demandas de setores econômicos influentes, além de interesses políticos e eleitorais.

A redução do imposto das carnes ocorreu no apagar das luzes de uma votação acelerada. A aprovação, com apoio do Palácio do Planalto, representou uma vitória da "bancada do boi", a mais poderosa na Casa, que pressionou pesadamente. Daí porque a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) emplacou 18 pleitos do setor nas negociações.

Antes mesmo da inclusão da proteína animal no regime de isenções no texto-base — acatada após a relatoria constatar a ampla margem para aprovação do tema por meio de emenda —, o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR), agradecia, no plenário, pelos pontos atendidos.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abas) saudou os deputados por votarem "a favor da população brasileira". A entidade considerou a desoneração total das proteínas de origem animal "um avanço significativo no acesso das famílias brasileiras aos alimentos essenciais".

Segundo o tributarista Alexandre Mazza, na prática, uma vez confirmada a decisão nas votações ainda pendentes, pode haver uma redução de cerca de 25% no preço das carnes nas gôndolas do mercado, o que, sem dúvida, é uma boa notícia para os consumidores. "Os setores econômicos que demonstrarem mais força nos bastidores das

votações devem assegurar vantagens competitivas que favoreçam uma redução de preços e um provável aumento de vendas", avaliou.

Para o agro, também foram aceitos regimes diferenciados para os biocombustíveis, insumos agropecuários, crédito presumido na operação com produtor rural, além do aumento de produtos inseridos nas cestas de alimentos.

Exclusão

Outra bancada que saiu vitoriosa na votação foi a "da bala". Isso porque a Câmara excluiu as armas de fogo e as munições da incidência do Imposto Seletivo (IS), o "imposto do pecado". A tributação adicional incidirá sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A inclusão das armas no IS foi apresentada em um destaque do PSol. Ao defender a taxa adicional, o deputado Pastor Henrique Vieira (RJ) fez um apelo para que os artefatos bélicos não tivessem uma redução da carga de impostos em relação à tributação vigente.

"Se o texto for aprovado do jeito que está, vai acontecer uma redução de quase 70% na alíquota sobre armas de fogo e munição no Brasil", alertou. Armas e munições passarão a ter taxa de alíquota-padrão, estimada em 26,5%, e se equiparão a produtos inofensivos como fraldas infantis, perfumes e roupas.

Os deputados do PL que defenderam a exclusão dos artefatos bélicos do IS classificaram o argumento do PSol de "narrativa". Para eles, as armas são usadas pela população mais pobre para se defender da criminalidade.

Ed Jones/AFP



Para os deputados contrários à inclusão das armas no IS, trata-se de uma ajuda à defesa pessoal do cidadão

» Plano dos "pets" mais barato

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a primeira-dama, Janja, divulgaram um vídeo, ontem, para explicar a inclusão de mudanças no texto da reforma tributária para contemplar planos de saúde para pets. A demanda partiu da apresentadora Xuxa Meneghel, que entrou em contato com Janja e intermediou o contato com Haddad. "Hoje você tem uma indústria nascente de planos de saúde para animais. O GT (grupo de trabalho) achou por bem incorporar a proposta, equiparando, resumidamente, o plano de saúde à situação fiscal do veterinário. Esse desconto se reflete no plano de saúde animal, que vai ficar mais barato", explicou Haddad.

Ultraprocessado fora do "imposto do pecado"

Os alimentos ultraprocessados também se livraram da tributação extra. Ficaram de fora da lista do Imposto Seletivo (IS), apesar da forte campanha publicitária e do apoio do governo para que fossem sobretaxados. Porém, no "imposto do pecado" foram incluídos bebidas alcoólicas, cigarros, apostas esportivas, entre outros.

O apoio à taxa de ultraprocessados chegou a ser defendido até em inserções na tevê, cujo principal argumento é a nocividade à saúde. Caso o trecho aprovado na Câmara dos Deputados

seja mantido pelo Senado, itens como bolacha recheada, macarrão instantâneo e embutidos não recolherão o imposto.

Mas, para a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), a qualificação de alimentos com base no nível de processamento e quantidade de ingredientes tem uma definição vasta. Inclui, por exemplo, alimentos como cereais matinais, pão integral e refeições vegetarianas.

"Ao contrário do que se propaga, a classificação 'ultraprocessados' não encontra consenso na

comunidade científica nacional e internacional. Não é reconhecida pela ciência e pela tecnologia de alimentos e foi descartada por outros países", explica a Abia. De acordo com a entidade, aquilo que chamam de ultraprocessados engloba mais de 5,7 mil itens de categorias diferentes.

A Abia destaca que o texto aprovado pela Câmara reconhece a relevância da alimentação para o país e a necessidade de não aumentar a tributação sobre tais itens. "Só faria a população pagar mais caro, o que, na opinião da Abia, seria uma

enorme contradição", observa a entidade.

Porém, o impacto do IS no bolso do cidadão, se favorável ou não, segue incerto. Como as alíquotas só devem entrar em etapas posteriores da tramitação, não é possível determinar o efeito sobre o consumidor.

A não taxação, no entanto, não foi chancelada e o texto pode sofrer alterações no Senado. "Seguiremos na luta pela taxação dos ultraprocessados e das bebidas açucaradas no Senado", frisou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). (RG)